

CONTEÚDOS

01 EDITORIAL

02 ARTIGO DO CORAÇÃO DO MUSEU: INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO IMATERIAL EM 11 MUSEUS PORTUGUESES

11 OPINIÕES SERVIÇO EDUCATIVO EM OUTSOURCING?

13 ENTREVISTA COM... STEVE STOER

15 NOTÍCIAS ICOM

16 NOVAS PUBLICAÇÕES

17 CALENDÁRIO DE INICIATIVAS

EDITORIAL

MARIA VLACHOU

Em Março de 2008, Portugal subscreveu a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que tinha sido aprovada em 2003. O artigo principal desta edição aborda a temática do património imaterial e da sua inventariação. **Lorena Sancho Querol**, doutoranda na Universidade Lusófona, partilha connosco os resultados de um estudo realizado entre Setembro de 2008 e Abril de 2010 em 11 museus portugueses.

Sendo a comunicação uma das cinco principais funções de um museu, e sendo os serviços educativos um instrumento fundamental no cumprimento dessa função, **Inês Bettencourt da Câmara**, da empresa Mapa das Ideias, e **Ana Isabel Apolinário**, do Serviço Educativo do Ecomuseu Municipal do Seixal, apresentam os prós e contras de um serviço educativo em *outsourcing*, um desafio para a reflexão inicialmente lançado pela Inês no fórum do portal Museologia Porto.

Nesta edição, entrevistamos **Steve Stoer**, fotógrafo que recentemente participou numa expedição à Amazónia e cujo trabalho será em breve apresentado numa exposição no Pavilhão do Conhecimento. E, como sempre, apresentamos notícias sobre a actividade do ICOM Portugal, novas publicações e um calendário de iniciativas dirigidas aos profissionais dos museus.

Infelizmente, desta vez não temos a coluna “Novos, recentes e renovados”. O Museu do Douro, que aceitou o convite para a apresentação do projecto no nosso boletim, não enviou o seu texto até o fecho da edição.

ARTIGO

DO CORAÇÃO DO MUSEU: INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO IMATERIAL EM 11 MUSEUS PORTUGUESES

LORENA SANCHO QUEROL

Mestre em Museologia Social; Doutoranda na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa¹; Docente no IADE Creative University; Colaboradora no UNIDCOM - IADE

Apresentação

Neste trabalho adiantamos alguns resultados provenientes da nossa investigação no âmbito da tese de doutoramento sobre “O Património Cultural Imaterial e a Sociomuseologia: um estudo sobre inventários”. Nesta, analisamos as experiências de inventário de Património Cultural desenvolvidas em dois projectos de investigação e de desenvolvimento sociocultural, um de âmbito internacional (*Celebração da Cultura Costeira*) e outro de cariz regional (*Atlas del Patrimonio Inmaterial da Andalucía*), nos quais se estão a implementar vários dos conceitos e metodologias propostas pela UNESCO na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, aprovada em 2003. Simultaneamente, realizamos um estudo sobre esta função museológica num conjunto de museus portugueses, adoptando a estratégia de nos centrarmos na sua prática quotidiana através do contacto com os seus princípios, objectivos e protagonistas.

A partir desta experiência pretendemos analisar a situação actual do inventário como vector do património cultural imaterial, com frequência subestimado, cujo potencial se revela extraordinário quando perspectivamos o museu como cenário de democratização da memória e lugar de transformação social.

A nossa ideia inicial abarca dois aspectos concomitantes: por um lado, tomamos como ponto de partida o facto de que o inventário, a sua formulação e a sua prática é, necessariamente, um dos pilares da museologia contemporânea, precisamente por constituir um lugar privilegiado de produção de conhecimentos sobre as realidades às quais atribuímos o estatuto de Património Cultural; por outro lado, consideramos que em qualquer inventário deve figurar a vida completa dos elementos materiais musealizados: isto é, a sua vertente imaterial, que nos coloca em contacto com o seu contexto original e que nos permite redimensionar o seu valor social e cultural. Ambas as ideias acabam por dar cumprimento ao estabelecido na citada Convenção de 2003, subscrita oficialmente por Portugal em Março de 2008.

O Património Cultural, uma construção social e cultural do século XXI

Para abordar o tema central deste artigo e debruçarmo-nos sobre o desafio que temos entre mãos, não podemos deixar de referir a principal transformação que o próprio conceito de Património viveu nas últimas décadas. Assim, e fruto de sucessivas transformações ideológicas, cujo início ocorreu a partir de 1950, seria em meados da década de 90 que, finalmente, o processo se materializou através da mudança de paradigma, o que, evidentemente, já se vinha consubstanciando na sombra. Desta forma, o que até à altura conhecíamos como Património Artístico ou Histórico-Artístico, passaria a denominar-se Património Cultural, precisamente por “se democratizar o seu conteúdo e os sujeitos que o definem”² (Carrera Díaz, 2005: 17), encarando-se este objectivo, a partir daí, como algo prioritário para as políticas culturais.

¹ Investigação e Tese realizadas com o apoio de uma bolsa de estudo concedida pelo Projecto *Celebração da Cultura Costeira*, promovido pela *Mútua dos Pescadores*, financiado através de Programa específico da União Europeia (2004-2009) e cofinanciado pela Câmara Municipal de Sines, Portugal. Bolseira do programa de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2010-2011).

² As citações de obras em língua estrangeira foram alvo de tradução para a língua portuguesa por parte da autora do artigo.

Como resultado deste processo, o Património Cultural foi adquirindo uma dimensão que comporta, para além da referência histórica, uma referência social, numa perspectiva inclusiva e, sobretudo, atenta à mudança. Uma dimensão que, paulatinamente, começou a envolver-se com a diversidade social e com o importante, embora complicado, processo de democratização da memória, no qual o museu desempenha um papel fulcral. Se no modelo estático e material era o produto final que tinha relevância, no novo conceito de Património o enfoque faz-se no processo.

A partir do quadro comparativo, no qual Agudo Torrico (1999:41) nos apresenta uma série de ideias à volta dos conceitos que protagonizam este processo, construímos o esquema que se segue para destacar as diferenças entre estas duas formas de colocar em prática o conceito que nos interessa:

Quadro 1: Comparação entre o velho e o novo conceito de Património (Sancho Querol, 2010)	
VELHO MODELO (Modelo antigo)	NOVO MODELO (Modelo actual)
“PATRIMONIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO”	“PATRIMONIO CULTURAL”
Restritivo: selecciona-se e valoriza-se segundo o factor tempo e o valor artístico e de excepcionalidade.	Aberto: atento às manifestações das identidades culturais dos diversos colectivos através do tempo. A solução produz-se em função da tradição, da continuidade e da diversidade.
Elitista: centrado nas produções singulares, vinculadas geralmente ao poder e ao conceito de artista como génio incomparável.	Generalista: centrado nas criações culturais que testemunham modos de vida, valores e crenças dos distintos grupos e indivíduos de uma sociedade.
Centrado nos elementos materiais da cultura.	Abarca tanto os bens materiais como os bens imateriais e também a relação existente entre eles.
Limitado à produção de bens elaborados pelos grupos e individualidades humanas.	Extravasa para a paisagem, ou seja para a relação entre o ser humano e a natureza.
Com carácter objectivo e âmbito fechado de existência.	Com carácter subjectivo, forte carga conceptual e educativa, e em evolução constante.

Ao mesmo tempo, e tomando em linha de conta que a nossa perspectiva assenta no terreno museológico, não devemos esquecer que, aquilo que designamos Património Cultural, carece de significado em si mesmo, sendo que é o ser humano que lhe confere uma determinada importância e fá-lo, como nos recorda Fontal (2004), em função dos valores predominantes em cada época e dos contextos culturais a partir dos quais se procede à análise deste Património. Mais indica esta autora que “a dimensão social e humana do Património Cultural são tão importantes que, sem elas, o Património careceria de valor e, desta forma, de sentido” (o.c.p. 82). Assim sendo, associado à existência de valores encontra-se o sentimento de propriedade – real ou simbólica – e só a partir deste podemos falar de processos de construção de identidades, de continuidade patrimonial e, sobretudo, de patrimonialização: um processo fundamental em que o museu, o inventário e os seus diferentes actores e actrizes sociais desempenham um papel essencial.

A partir daqui, o mundo da gestão cultural em geral, e dos museus em particular, deve repensar a necessidade de construir, no presente e com as ferramentas do presente, o caminho que permita que os patrimónios de ontem e de hoje possam conviver completando-se, enriquecendo-se e alimentado, acima de tudo, uma continuidade histórica, da perspectiva do respeito pela diversidade.

Trabalhar a partir desta posição pressupõe um certo risco, já que não é fácil caminhar pelo fio da memória quando este abarca o cultural, o científico, o material, o imaterial, o popular, o erudito ou o oral em quantidades incertas, mas, sobretudo, porque contem o social e o quotidiano como ingredientes fundamentais com os quais devemos aprender a trabalhar, com o objectivo de construir o presente nas suas diversas dimensões.

Na nossa opinião, uma função museológica como esta só pode adquirir sentido em si mesma, se os/as inventariantes que orientam o processo de patrimonialização trabalharem em co-autoria com as pessoas que criam e utilizam estes bens culturais e que, raramente, passam de uma 'massa anónima'. Isto significa que o inventário só 'sairá da casca' quando se pratique como um processo horizontal que acontece entre os dois pólos de produção cultural que protagonizam este processo: o museu e a comunidade, contribuindo assim, para a definição de Património Cultural como construção histórica e social (Quintero, 2005: 71), com uma evolução própria e como referência fundamental na construção da identidade.



Fig. 1

Matrizes litográficas em calcário, procedentes da Litografia Sado, usadas para desenho publicitário das conservas de Setúbal. (Foto: Lorena Sancho Querol)



Fig. 2

Exercícios de memória sobre a vida na fábrica, com o público escolar da zona de Setúbal e a partir dos estudos realizados pelo MTMG sobre patrimónios imateriais locais. Exposição permanente do MTMG. (Foto: Lorena Sancho Querol)

Definindo um território de estudo no universo da museologia portuguesa

Partindo de tais pressupostos, realizámos uma análise da situação actual da função que nos ocupa, entre Setembro de 2008 e Abril de 2010, com a finalidade de conhecer a realidade quotidiana e de contribuir com alternativas que nos permitam adequar os nossos inventários às necessidades da sociedade actual.

A metodologia utilizada foi a entrevista semiaberta, aplicada a 11 museus escolhidos de forma a que fossem uma amostra de todos os tipos de administração de cuja tutela dependem, assim como de uma variada gama de conteúdos, nos quais se incluem componentes materiais e imateriais.

Com este objectivo centrámo-nos em dois aspectos: o primeiro, denominado 'circuito de inventário', refere-se ao trajecto que os bens percorrem a partir do seu local de origem e ao longo do seu processo de

patrimonialização, até assumirem plenamente o seu estatuto museológico; o segundo, é a análise do perfil profissional das pessoas que inventariam os nossos patrimónios culturais, analisando igualmente, os métodos de trabalho que utilizam, os resultados alcançados até ao momento e, também, as suas críticas, opiniões e sugestões, em relação a esta função e ao seu lugar no quotidiano museológico.

Os museus seleccionados foram os seguintes:

- O *Museu do Mar Rei Dom Carlos* ou MM (museu municipal)
- O *Museu da Electricidade* ou ME (museu de fundação)
- O *Museu Nacional de Arqueologia* ou MNA (museu nacional)
- O *Museu das Comunicações* ou MC (museu de empresa)
- O *Museu Nacional de História Natural* ou MNHN (museu universitário)
- O *Museu da Farmácia* ou MF (museu de associação)
- O *Museu de Lanifícios* ou ML (museu universitário, no qual a atenção se centra no património industrial)
- O *Museu Nacional do Traje e da Moda* ou MNTM (museu nacional, no qual analisámos o inventário no contexto da organização da exposição “Trajes Reais: D. Luís e D. Amélia”, aberta de 27/11/07 a 27/11/09)

Ainda abordámos dois museus municipais para poder estudar vários aspectos relacionados com a inventariação do património fluvio-marítimo:

- O *Museu Municipal de Portimão* ou MMP.
- O *Ecomuseu Municipal do Seixal* ou EMS.

E, por último, um museu desta mesma tutela, no qual analisámos o inventário de manifestações de cultura imaterial e, com este, a participação das comunidades locais no processo de patrimonialização:

- O *Museu do Trabalho Michel Giacometti* ou MTMG.

Conversas abertas sobre Inventários e Patrimónios

O guião de entrevista, cujo título era “O inventário e seus actores e atrizes no panorama museológico português”, era formado por sete partes, nas quais se colocavam questões relacionadas com: a elaboração de um esquema simples do circuito de inventário, o sistema de incorporação de bens nas colecções do museu, a formação de quem realiza o inventário, o que se deveria modificar em cada caso para que esta função melhorasse, etc. De seguida apresentamos um resumo dos resultados obtidos numa série de âmbitos concretos.

- a) **A representação social do inventário** ou “O que é o inventário para as pessoas entrevistadas?”

Para conhecer a imagem mental que cada entrevistado/a tem do inventário, optámos por solicitar 10 palavras, as primeiras que viessem à sua mente ao ouvirem dizer ‘inventário’. As suas respostas referiram-se, sobretudo, a questões de método relacionadas com a organização e sistematização. Numa segunda linha de conceitos, surgiram as vertentes relacionadas com a produção de conhecimento (com palavras como

documentação, estudo ou investigação) e também, com alguns aspectos que nos põem em contacto com a sua divulgação.

Não obstante, o estudo das respostas põe também em evidência a existência de uma noção bastante pobre sobre a importância de trabalhar o Património Cultural abarcando a sua dupla natureza, material e imaterial, de forma simultânea e integrada.

b) Os circuitos de inventário identificados

Aqui, as respostas obtidas evidenciaram o facto de que o circuito começa com a entrada dos bens culturais, isto é, para 7 dos 11 museus abordados, pouco ou nada conta a sua história anterior. Esta mudez histórica acaba por marcar o restante processo, já que há dados e documentos que ou se recolhem *in situ*, em determinados momentos do processo de patrimonialização, ou dificilmente se recolhem mais tarde, inclusivamente porque, entretanto, as formas e funções destes gestos da cultura continuam a sua evolução.

Por outro lado, o processo parece ser bastante linear, plano ou mesmo unidireccional e estático, como sucede com o MNA, o MF ou o MC, para além de ser interrompido com frequência. Finalmente, e por unanimidade, para melhorá-lo seria necessário percorrer o caminho sem interrupções, o que não sucede essencialmente por falta de pessoal e, ainda, atrevemo-nos a afirmar, devido à concepção de Museu e de Património que têm os (as) responsáveis destes museus.



Fig.3

Cavalete de madeira utilizado na indústria de construção naval portimonense. Reserva de património industrial do MMP.
(Foto: Lorena Sancho Querol)



Fig.4

Cestos de transporte de peixe e de calçadores do biqueirão, procedentes da extinta indústria de conservas de peixe portimonense. (Foto: Lorena Sancho Querol)

c) As modalidades de incorporação de bens culturais no museu

Perante um total de 16 opções de incorporação disponibilizadas aos/às inventariantes, a selecção recaiu prioritariamente na doação, na compra e na recolha para os bens isolados e, na doação, no depósito e na recolha para as colecções.

Isto permite-nos concluir que 9 dos 11 museus têm vivido fundamentalmente até ao presente de doações e depósitos, apesar de, como observámos, estas vias de musealização não serem tão frequentes como possamos pensar.

Também houve casos especialmente interessantes, pela sua capacidade de ultrapassar dificuldades formais que implica a patrimonialização de colecções únicas para a salvaguarda da memória local, mormente quando estas estão condenadas às adversidades de morosos processos legais. Este é o caso do MTMG e da sua 'Recolha de Emergência', que revela que, quando se justifica, os poderes municipais invertem a ordem dos procedimentos formais, a favor de uma 'transgressão calculada' e mediante a intervenção criteriosa do museu. A este cabe, posteriormente, a implementação de um conjunto de estratégias que permitam a formalização adequada do processo junto do seu ex-proprietário/a, assim como o estudo e a divulgação destes patrimónios colectivos.

d) O lugar que ocupa no sistema de inventário a história dos bens culturais e da sua vida social antes da sua entrada no museu

Salvo raras excepções, os museus têm trabalhado, até agora, fundamentalmente com os aspectos materiais da cultura, relegando para segundo plano o estudo dos processos que constituem a sua origem e cuja consequência directa é o objecto. Isto significa que os aspectos relacionados com o carácter imaterial dos objectos, que nos ajudam para explicar a sua origem e o seu papel social ao longo da história, não são tidos usualmente em conta nos inventários.

e) O perfil das pessoas que desempenham este trabalho nas instituições estudadas

Nos 11 museus analisados, foi identificado um total de 50 pessoas relacionadas com as diversas fases do processo de inventário. Entre estas, o perfil predominante é de uma mulher entre os 25 e os 54 anos, com licenciatura em História, História de Arte ou Museologia, fundamentalmente, sem experiência anterior e com uma remuneração mensal de entre 1000 e 1500 euros. Tal se deve a que, na maioria dos casos, falamos de funcionárias cujas responsabilidades não têm relação directa com o inventário, mas que acabam por colaborar, de forma irregular e não planificada, nesta função vital do museu. De facto, com condições estáveis e integralmente dedicadas ao inventário, apenas encontramos 13 pessoas: 1 no MNTM, 1 no MTMG, 5 no MC, 2 no MNA, 2 no EMS e 2 no MMP.

Não obstante, existe consciência colectiva da importância que esta função desempenha no contexto da produção de conhecimento associado ao Património e de se reconhecer o papel e o espaço de actuação do/da especialista em inventário, mediante a criação das devidas condições de trabalho.

f) Os Sistemas de Gestão Documental de colecções (ou SGC) utilizados

Neste caso, identificámos quatro grandes grupos:

- Por um lado, o dos museus que utilizam o programa *Matriz, Inventário e Gestão de Colecções* (MNA, MNTM e MC), criado em 1993 pelo então *Instituto Português de Museus* para o inventário museológico dos museus e palácios nacionais. Destacamos, no entanto, que segundo os dados da Bdmuseum do OAC, em finais de 2009 existiam em Portugal 1156 instituições museológicas, entre as quais apenas 101 utilizam este sistema (Oleiro, 2009: 132).
- Um segundo grupo que utiliza programas criados por outra empresa portuguesa para a gestão documental, como é o caso do *In arte Plus* (MF), *In Patrimonium Plus* (MTMG) e *In Patrimonium Premium* (MM, MMP). Com um grupo de utilizadores muito mais amplo que no caso anterior, esta empresa conta, desde o início de 2005, com uma versão específica para Património Imaterial, o *In Memória*, cuja última versão se encontra em vias de implementação no MMP e em vias de aquisição no MTMG. Trata-se de um programa moderno, intuitivo e que apresenta uma interessante diversidade de opções para a gestão documental de registos sobre Património Imaterial.

- Um terceiro grupo, no qual se utilizam sistemas especificamente criados para as instituições, como é o caso do *WinLib*, *Gestão de Património* (ME), do *Arqueotex* – para bens têxteis – e o *Muslan* – para bens relacionados com a indústria de lanifícios – ambos utilizados no ML. Esta última instituição conta, ainda, com um Sistema SIG criado para o Projecto *Rota da Lã – TRANSLANA* – Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha – criado pela UBI, que tutela o museu.
- Por último, o grupo com programas criados por empresas estrangeiras, como é o caso do *Micromusée* e do *Mobytex*, (da *Mobydoc - Gestion informatique documentaire*, proveniente de França), utilizados desde 2002 pelo EMS (Raposo 2008: 5); ou o *Specify*, criado e disponibilizado gratuitamente pelas equipas técnicas de várias instituições norte-americanas para colecções científicas (MNHN).

Das respostas obtidas, chama-nos a atenção o facto de que a informação introduzida nestes sistemas seja, na maioria dos casos, bastante reduzida, não só em quantidade mas em qualidade e, ainda, no que toca à proporção de bens inventariados e informatizados relativamente ao total dos bens que se encontram em cada museu.

Há ainda que salientar que uma tal diversificação de sistemas constitui um obstáculo para a comunicação intermuseus, que acaba por ficar relegada para segundo plano. Finalmente, referiremos que esta informação raramente inclui dados relacionados com a dimensão imaterial dos patrimónios musealizados ou em vias de musealização, e, menos ainda, sinais de actualização regular da documentação e de seguimento dos processos vitais associados aos bens patrimonializados.

Reflexão final: Aprendendo a construir memórias

Os resultados deste estudo permitiram-nos confirmar a enorme distância que existe entre os documentos legais, que nos indicam quais deveriam ser os objectivos de um inventário e quais os perfis que os seus protagonistas deveriam ter (ver: Sancho Querol 2009: 3 e 4), e o que envolve a sua prática quotidiana no panorama da museologia actual. O inventário continua a ser uma função estática cujo potencial cultural é subestimado, o que pode observar-se, sobretudo, através de dois indicadores: a ausência de importância formal deste trabalho e o facto de, com frequência, não tomar em linha de conta elementos ou aspectos do carácter imaterial.

É verdade que, entre os museus analisados, existem alguns casos, poucos, que já iniciaram um novo caminho e que, para além disso, estão a desenvolver projectos tão interessantes como o do *Centro de Memórias* do MTMG, no qual a participação da comunidade local tem um papel fundamental para o estudo e para a (re)significação de saberes, lugares ou valores associados ao património local. Mas, todavia, conscientes do potencial de um espaço social por excelência como é o espaço museológico, da sua riqueza de possibilidades como lugar de expressão, conhecimento e estudo de identidades, não deveríamos apostar num inventário mais profundo e mais comprometido com a realidade social e cultural que está na origem dos bens culturais? Talvez dessa forma se torne possível que o museu – e as pessoas que nele trabalham – sejam, finalmente, co-autores da cultura contemporânea, conjuntamente com as populações locais.

Com este objectivo, gostaríamos de destacar duas iniciativas fundamentais pelo seu carácter estruturador e de renovação da situação actual:

- a definição de estratégias apropriadas de educação patrimonial no contexto do ensino básico e secundário;
- a criação de estruturas e métodos de trabalho específicos para a aplicação da noção contemporânea de Património Cultural, que incluam as características imateriais dos bens musealizados.



Fig.5

Núcleo museológico de património fluvio-marítimo do EMS.
(Foto: Lorena Sancho Querol)



Fig.6

Sala de moagem do Moinho de Maré de Corroios.
(Foto: Lorena Sancho Querol)

Evidentemente, a colocação em prática de ambas as questões passa pela utilização de pessoal especificamente qualificado para a elaboração de inventários, assim como por um apoio decidido a nível nacional na planificação e implementação dos mecanismos que permitam a Portugal cumprir com os objectivos da Convenção da UNESCO sobre Património Imaterial.

Antes de terminar este pequeno artigo, queremos referir os importantes e inovadores passos que Portugal tem dado neste campo: por um lado, a iniciativa do *Instituto dos Museus e da Conservação* de realizar um ciclo de colóquios sobre “*Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*”. Por outro lado, a recente publicação do Decreto-Lei 139/2009, destinado a regular o processo de inventário administrativo e salvaguarda dos bens imateriais seleccionados; finalmente, uma iniciativa fundamental pelo seu formato e objectivos, que consiste num questionário nacional sobre Património Imaterial. Este questionário, aplicado durante os meses de Março e Abril do corrente ano nos museus da Rede Portuguesa de Museus, nas unidades de investigação, nas direcções regionais de cultura e nos municípios, teve como principal objectivo analisar o território português para saber que projectos sobre Património Imaterial local se encontram em curso e de que características se revestem.

Um olhar fugaz à história do inventário do Património Cultural confirma-nos que este tipo de iniciativas apenas ocorreu em Portugal duas vezes nos últimos séculos: a primeira, pelo empenhamento do Marquês de Pombal e pela mão do padre Luís Cardoso, com as *Memórias Paroquiais*, publicadas em 1758 (Silva 2008: 62 e Flores 2004: 25); a segunda, em 1990, com a Doutora Natália Correia Guedes e o projecto *Inventariação dos Bens Culturais Móveis* (informação pessoal da referida especialista, Subsecretária de Estado da Cultura entre os anos de 1990 a 1991). Esta mesma história fala-nos de um processo lento, repleto de obstáculos, carente de método, de critérios e de continuidade a longo prazo.

De volta ao presente, queremos destacar a importância de desenhar um panorama distinto para o futuro dos nossos museus, um panorama em que se torna necessária a intervenção de uma sociedade educada num conceito muito mais amplo e vivo do Património Cultural do que o *status quo* do passado século XX. Trata-se de um panorama que nos coloca perante uma oportunidade única de reformular os inventários dos nossos museus para poder levar à prática o conceito de Património Cultural engendrado no século XXI.

Bibliografia

AGUDO TORRICO, Juan Agudo (1999). Cultura, patrimonio etnológico e identidad. *PH Boletín del IAPH* 29: 36-45. (Cap. 24)

CARRERA DIAZ, Gema (2005). La evolución del patrimonio (inter) cultural: políticas culturales para la diversidad. *Cuadernos del Patrimonio Histórico Andaluz*, Nº 17. Sevilla: Instituto de Patrimonio Histórico Andaluz y Junta de Andalucía, Conserjería de Cultura. pp 14-29.

FLORES, Alexandre M. (2004). Vila e termos de Almada nas memórias paroquiais de 1758. *Anais de Almada, Revista Cultural*, 5-6, *Divisão de História Local e Arquivo Histórico, Câmara Municipal de Almada*, pp. 23-76.

FONTAL, Olaia (2004). La dimensión contemporánea de la cultura. Nuevos planteamientos para el patrimonio cultural y su educación. Calaf, R. & Fontal, O. (coords). *Comunicación educativa del patrimonio: referentes, modelos y ejemplos*. Gijón, Espanha: Trea S.L. pp 81-104.

OLEIRO, Manuel Bairrão (2009). Sistemas de inventário, documentação, gestão e divulgação de colecções do Instituto dos Museus e da Conservação. *Museologia.pt*, nº3. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, pp. 131-136.

QUINTERO, Victoria (2005). El patrimonio intangible como instrumento para la diversidad cultural ¿una alternativa posible?. *Cuadernos del Patrimonio Histórico Andaluz*, Nº 17. Sevilla: Instituto de Patrimonio Histórico Andaluz y Junta de Andalucía, Conserjería de Cultura. pp 68-83.

RAPOSO, Jorge (2008). *Ecomuseu Municipal do Seixal: sistema integrado de informação sobre colecções arqueológicas em contexto museal*. Comunicação apresentada no Encontro “Arqueologia e Autarquias”, Cascais.

SANCHO QUEROL, Lorena (2009). Inventariando Patrimonios culturales. Ocho entrevistas en museos de Lisboa.

Revista e-rph Nº 5, (Dezembro de 2009). Revista Electrónica de Patrimonio Histórico, Departamento de Historia del Arte, Universidad e Granada. Consultar:

<http://www.revistadepatrimonio.es/revistas/numero5/institucionespatrimonio/estudios/articulo.php>

SILVA, Francisco (2008). Ruralidade em Almada e Seixal nos séculos XVIII e XIX. Imagem, Paisagem e Memória. Tese apresentada no *Departamento de Ciências Sociais e de Gestão* de la *Universidade Aberta* para a obtenção do título de Mestre em *Estudos do Património*, sob a orientação de Ana Paula Avelar e Paulo Oliveira Ramos, Lisboa.

OPINIÕES

SERVIÇO EDUCATIVO EM OUTSOURCING?

I
INÉS BETTENCOURT DA CÂMARA

Mapa das Ideias

O *outsourcing* é conotado com a optimização dos custos e, muitas vezes, com uma simplificação da estrutura organizacional – que investe no seu *core business* - passando tudo que é periférico (limpezas, segurança) para terceiros. No caso de um *outsourcing* do serviço educativo, área central em qualquer museu, estas não serão as mais-valias relevantes.

As vantagens de recorrer a uma parceria externa relacionam-se, fundamentalmente, com a entrada de massa crítica e com uma lógica de *accountability* interna que, tendo origem numa lógica de custo-benefício, levará, a médio prazo, à concretização de serviço público na sua forma mais rica. Poderá parecer um paradoxo, mas uma lógica de 'mercado' obriga um serviço dedicado aos públicos a viver de acordo com os mesmos.

Antes de mais, um serviço de mediação cria audiências, permitindo a sua fixação em eventos e rotinas. Dá poder aos visitantes, porque reconhece as suas necessidades, expectativas e conhecimentos, para além das qualidades intrínsecas e museológicas das colecções. Um plano de acção educativa pode ter o contributo do curador e do investigador, mas também do pedagogo e do psicólogo, criando experiências numa lógica conhecimento-emoção-acção. Deve ser gerido dentro de uma lógica concorrencial, criando valor para os públicos e para a instituição, melhorando os serviços periféricos, garantindo áreas de conforto.

Aqui e noutras instituições culturais, a criação de um serviço educativo à medida da sua missão, sem constrangimentos organizacionais, capitalizando sempre as políticas de marketing e de comunicação, oferecem uma mais-valia clara. Uma parceria permite que uma entidade mais pequena e mais ágil seja um mediador eficiente e atento, criando riqueza intelectual, afectiva, com claros benefícios económicos para o museu ou congénere.

Note-se que a função da empresa é semelhante à de um *ghost writer*, no sentido que o museu é a instituição que comunica, que vive no seu serviço educativo. Um serviço educativo tem que se pautar por uma missão, valores próprios, pela capacidade de estabelecer relações de longo prazo com os seus públicos. Do ponto de vista da gestão da instituição cultural, encontra-se na intercepção da sua missão com a relação com as colecções e os seus públicos. Mas também se trata de uma estratégia de marketing, de *branding*, não deixando de estar na linha da frente da mediação cultural, e estabelecendo em simultâneo compromissos e expectativas junto aos seus públicos.

Será que o Museu pode capitalizar o factor 'preço', na medida em que oferece um investimento competitivo em relação a outros operadores culturais (teatro, música, cinema) e a disponibilidade do jovem? Acredito que sim. Principalmente junto de dois segmentos muito importantes: jovens famílias com crianças, em que existe um investimento claro no lazer e na cultura dos mais novos; e nos adultos e 'novos seniores', que usufruem de tempo e de rendimentos, assim como de uma grande abertura para novas experiências.

Do mesmo modo, um museu pode ser território de inclusão, alicerçando a sua relação com os públicos 'especiais' com técnicos especializados, capazes de transformar o contexto do espaço e da peça em matéria de reflexão e de descoberta.

Em parceria com os especialistas em comunicação e mediação, o museu redescobre e reinventa a sua ligação com a comunidade, sem prejuízo do investimento científico e logístico que as suas colecções exigem. Permite uma aposta continuada nas duas grandes áreas dos museus – conservação e educação -, levando a uma ligação renovada entre o tangível e o intangível, o espanto, a descoberta, o prazer, a memória e a identidade.

II

ANA ISABEL APOLINÁRIO

Serviço educativo, Ecomuseu Municipal do Seixal

Não imagino um serviço educativo como entidade autónoma. Parto sempre do princípio que faz parte de uma entidade mais vasta, a que durante largos anos chamei Museu, mas que nos últimos anos se tornou mais abrangente, podendo ser uma Biblioteca, um Teatro, um Arquivo, um Centro Cultural ou qualquer outra instituição que aposte na comunicação, na mediação cultural e na criação de públicos.

Falando de serviços educativos de museus, penso que é universalmente aceite que se pautam por uma missão e objectivos que estão sempre intimamente ligados aos do próprio museu, cumprindo a sua missão de comunicação e de ligação à sociedade. Estes serviços, que num passado recente eram raros, são agora relativamente comuns nas instituições museológicas nacionais. Em muitos casos, cresceram e evoluíram adaptando-se à evolução dos tempos, tal como aconteceu com a própria definição de museu. Noutros casos, estagnaram ou pura e simplesmente não conseguiram encontrar soluções que se ajustassem às novas necessidades. É neste contexto evolutivo que se importa o *outsourcing* para os museus. Este conceito tem vindo a deslumbrar e a ser apregoado por alguns como uma solução milagrosa, mas muitos outros encaram-no com desconfiança e como sinónimo de pouca qualidade.

Manda o bom senso que se avaliem prós e contras e se equilibrem os pratos da balança. Um serviço educativo fechado sobre si mesmo e estagnado, quer na aquisição de conhecimentos sobre a temática do museu quer no domínio da aquisição de novas capacidades e aptidões, não cumpre a sua missão, não comunica eficazmente, não cria novos públicos. Todos nós temos consciência de que equipas de serviço educativo com números limitados de elementos não podem abranger áreas de conhecimento e competências ilimitadas. No entanto, os serviços educativos são cada vez mais solicitados para criar produtos em que exista o máximo de rigor científico numa linguagem que seja acessível a todos os públicos. É-lhes pedido que gerem explosões de leituras, significados e sentimentos sobre o nosso património material e imaterial. E como já alguém disse, esta mediação promove a circulação de sentimentos e emoções que cria verdadeiramente nos públicos a ligação ao museu, que ultrapassa a correcção técnica e se transforma na magia de fazer renascer coisas “mortas”, a que damos novos significados, que reutilizamos e integramos nos nossos quotidianos. Uma das coisas em que continuo a acreditar é que, para se atingir este ponto, para se conseguir este *élan* entre públicos e museus, o mediador tem que conhecer e dominar um vasto leque de competências e tem que ter a capacidade de se envolver emocionalmente com os temas e com os públicos. Exigem-lhe que alie as competências científica, técnica e emocional. Também acredito que isto só se consegue em pleno em equipas que tiveram o seu tempo de crescimento e muita partilha entre si e com a restante equipa do museu. Não estou a dizer que isso não é possível em *outsourcing*, mas seguramente não é a mesma coisa. Parece-me que o *outsourcing*, por definição uma contratação pontual, pode ser um meio de acrescentar competências e refrescar equipas desgastadas pelo excesso de solicitações e rotina. A qualidade e envolvimento que se exige a um técnico/equipa de serviço educativo deve ser idêntica à que é exigida a uma contratação em *outsourcing*. O *outsourcing* não pode ser encarado como versão “instantânea” (mistura rápida de ingredientes, com uma grande percentagem de teor desconhecido) e “colorida”, que obtém sucesso pela facilidade e ligeireza. Cada caso é um caso. Os serviços educativos têm sabido procurar novos caminhos, inovar e criar a enorme e competitiva oferta cultural de que hoje podemos usufruir. Se as direcções dos museus lhes derem o espaço suficiente, acredito que saberão encontrar os caminhos e criar parcerias com algumas entidades que promovem a oferta de produtos de qualidade nesta área. Em suma, SIM, encaro o *outsourcing* como possível parceiro dos serviços educativos. NÃO, não aceito que possa ser uma forma de substituir integralmente um serviço educativo.

Não façam deste ano, em que o tema do Dia Internacional dos Museus foi *Museus e Harmonia Social*, um ano de retrocesso para os profissionais de museus, dos serviços educativos em particular, e para os próprios museus. Eliminar as equipas de serviço educativo e diminuir ou banalizar a comunicação é tornar os museus menos democráticos e acessíveis. Parece-me que neste caso a palavra-chave é 'responsabilidade', para com os profissionais dos museus, para com aqueles que contratam (em *outsourcing* ou não) e para com os públicos. Não podemos esquecer que os museus se devem reger por um Código Deontológico, que não tendo força de lei, é um reflexo da prática museal no mundo, e nos lembra que um museu é, acima de tudo, um serviço público.

ENTREVISTA COM...



Steve Stoer é fotógrafo freelancer. Trabalha nas áreas de publicidade, editorial, artística e de direcção de fotografia. No ano passado foi convidado para integrar uma expedição à Amazónia. Os resultados deste trabalho serão expostos no Pavilhão do Conhecimento. E foi esse o pretexto para esta mini-entrevista.

Maria Vlachou

ICOM.PT: O que foi esse projecto na Amazónia?

Steve Stoer (SS): Foi um projecto do Pedro Salgado, biólogo, ilustrador científico e fundador do Grupo do risco,. No século XVIII, 'riscador' era uma pessoa que desenhava flora e fauna. Houve uma expedição à Amazónia liderada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. O nome veio daí. O Pedro Salgado já tinha feito uma expedição. Desta vez, juntou 25 pessoas, de áreas diferentes, para ter 25 olhares diferentes sobre a Amazónia: fotógrafos, designers, pintores, ilustradores, médicos, arquitectos... Todos com *sketch book* na mão.

ICOM.PT: Então, na exposição vamos poder ver estes desenhos?

Steve Stoer (SS): Os desenhos, fotografias, instalações de vídeo e captação de som.

ICOM.PT: Já conhecias o Pavilhão do Conhecimento?

SS: Já, tinha visitado com a minha filha uma exposição sobre o corpo humano.

ICOM.PT: E gostaram?

SS: Acho que eu gostei mais que ela, na altura era pequenina. As crianças mais velhas, no entanto, de 7-8 anos, estavam a divertir-se imenso.

ICOM.PT: Costumas visitar museus com a tua filha?

SS: Sim, mas sobretudo exposições temporárias. Vimos a exposição de Darwin, e ela gostou muito, por causa dos animais. Participamos também a várias actividades para pais e filhos organizadas pelos serviços educativos. Vamos bastante à Gulbenkian.

ICOM.PT: Porquê à Gulbenkian?

SS: A Gulbenkian vem dum período em que se dava importância aos espaços verdes. Portanto, a primeira razão é que as actividades têm lugar ao ar livre, no jardim. Depois, são actividades lúdicas. E, terceiro, porque se aprende muito. A Gulbenkian apresenta sempre ideias muito interessantes. Mesmo que as actividades não tenham sempre a mesma qualidade, o ponto de partida é sempre interessante.

ICOM.PT: Outros museus?

SS: Participámos também numa actividade do Museu do Cinema, na Cinemateca. Não gostei muito. A preparação era fraca, a qualidade discutível e caro..

ICOM.PT: E tu, visitavas museus quando eras pequeno?

SS: Sim, muito. Eu nasci em Londres, os meus pais levavam-me ao Museu de Ciência, de História Natural, dos Transportes...

ICOM.PT: Falas com muito entusiasmo dessas visitas. Porque é que gostavas?

SS: Porque eram museus com muita interactividade. Podíamos mexer, brincar. Eram também muito bem-feitos do ponto de vista tecnológico, a forma de expor não era maçuda, as temáticas estavam bem divididas e apresentadas.

ICOM.PT: Quais os museus que gostas em Portugal?

SS: Gosto muito do Aquário Vasco da Gama, é uma referência para mim desde criança. Continuo a visitar com a minha filha. É um museu com muitas precariedades, mas está bem dividido, apresenta tudo por categorias, é didáctico, é científico. Está tudo lá. Não há dispersão do olhar, o que é essencial.

ICOM.PT: Comparado com o Oceanário?

SS: O Oceanário está bem-feito, mas há muita parafernália visual, que não ensina necessariamente. É engraçado, mas não tem o lado didáctico do Aquário Vasco da Gama.

ICOM.PT: Que museus é que visitas agora?

SS: Gosto de arte contemporânea. Visito o CCB, a Culturgest...

ICOM.PT: Queres dizer o Museu Berardo?

SS: Sim, o Museu Berardo. Vou ao CCB mais para conviver, mas aproveito para ver exposições.

ICOM.PT: Achas uma vantagem o Museu Berardo ter entrada gratuita?

SS: É uma vantagem, mas existe um perigo também: torná-lo num centro comercial. Aliás, os museus funcionam cada vez mais assim. Eu não vou ao fim-de-semana, porque sei que vou encontrar filas de pessoas que querem ver 'entretenimento'. A arte é cada vez mais usada como entretenimento.

ICOM.PT: E a Culturgest?

SS: Acho o espaço muito feio. As salas, a rampa, os tijolos... Aquilo era realmente uma fábrica de tijolos. Quiseram preservá-los e parece que entramos no museu temático do tijolo. Dispersa o olhar. Não gosto do espaço mesmo. Só vou quando acho que há uma exposição que não posso perder. É pena que não haja mais exposições na Gulbenkian. Gosto do espaço e do jardim.

ICOM.PT: O que falta em Lisboa?

SS: Boas galerias de arte. Espaços grandes, como a Saatchi Gallery ou a Tate em Londres. Não há.

ICOM.PT: E um museu da fotografia?

SS: Talvez falem galerias para se mostrar o trabalho de bons fotógrafos nacionais, com boa projecção internacional. Há poucas e são pequenas, elitistas até...

NOTÍCIAS ICOM

PRESIDENTE DO ICOM VISITOU PORTUGAL

ISABEL TISSOT, Direcção ICOM.PT



Alissandra Cummins com Elísio Sumavielle, Secretário de Estado da Cultura, e Luís Raposo, Presidente do ICOM.PT



Alissandra Cummins em reunião com a direcção do ICOM.PT

A Presidente do ICOM, Alissandra Cummins, esteve em Portugal entre 19 a 22 de Maio, a convite da Federação Mundial dos Amigos dos Museus, tendo reservado todo o dia 20 para um programa de actividades preparado pelo ICOM Portugal.

Neste âmbito, Cummins, que é Directora dos Museus e Sociedade Histórica de Barbados e Presidente do ICOM desde 2004, começou o dia por realizar uma visita ao Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, onde ficou particularmente sensibilizada pela qualidade da colecção e pelo carácter histórico de algumas das instalações, como é o caso do Laboratório Chimico. Chegou mesmo a sugerir a promoção conjunta por Portugal de um eventual processo de classificação como património mundial das estruturas desta natureza que lhe foram ditas existirem igualmente em Coimbra e no Porto.

Após esta visita, a Presidente reuniu-se com a direcção do ICOM-PT, com o objectivo de melhor conhecer os museus portugueses e a actividade da nossa Comissão Nacional. Nesta reunião foi apresentado um breve panorama da situação actual dos museus portugueses, assim como as actividades do ICOM-PT desenvolvidas e as previstas para os anos de 2010 e 2011. Referiram-se ainda questões relacionadas com a implementação do plano estratégico do ICOM e o ponto de situação da organização e últimos desenvolvimentos do ICOM-CC2011, que decorre em Lisboa de 19 a 23 de Setembro.

Em seguida, a Presidente do ICOM e a direcção do ICOM-PT foram recebidos pelo Secretário de Estado da Cultura, Elísio Summavielle, em audiência a que assistiu também o Director do Instituto dos Museus e da Conservação, João Brigola. Na ocasião, Alissandra Cummins referiu a importância de existir uma atitude pró-activa dos responsáveis políticos para a divulgação das actividades relacionadas com os Museus e a Conservação, e em particular considerou que o encontro do ICOM-CC2011 é uma oportunidade para o Ministério da Cultura envolver a sociedade civil portuguesa na discussão alargada sobre Património.

Cummins teve ainda oportunidade de visitar o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu Nacional de Arte Antiga. No final do dia, Alissandra Cummins encerrou os trabalhos do colóquio "Os Museus e a República", que decorreu no Museu Nacional de Arte Antiga, organizado pelo IMC.

Por convite da Federação Mundial dos Amigos dos Museus, a direcção do ICOM-PT esteve ainda presente na cerimónia da assinatura do protocolo de cooperação entre aquela federação e o ICOM, que teve lugar no dia 21 de Maio, no Museu do Oriente.

NOVAS PUBLICAÇÕES

Beyond the turnstile: Making the case for museums and sustainable values

Selma Holo and Mari-Tere Álvarez (eds)

Alta Mira Press

ISBN: 9 7807 59 11 221 6 / £24.95

New media in the white cube and beyond: Curatorial models for digital art

Christiane Paul (ed.)

University of California Press

ISBN: 9780520255975 / \$29.95

The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity

Brian Graham and Peter Howard (eds)

Ashgate

ISBN: 9780754649229 / £80.00

Difficult Heritage: Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond

Sharon Macdonald

Routledge

ISBN: 978-0-415-41992-5 / £37.95

Re-Presenting Disability: Activism and Agency in the Museum

Richard Sandell, Jocelyn Dodd, Rosemarie Garland-Thomson (eds)

Routledge

ISBN: 978-0-415-49473-1 / £23.99

CALENDÁRIO DE INICIATIVAS JUNHO-JULHO 2010

[Conferência] **MUSEUMS AND RESTITUTION**

8 E 9 JUL

University of Manchester, Reino Unido

Informações: www.manchester.ac.uk/museumsandrestitution

[Conferência] **11TH EASA BIENNIAL CONFERENCE**

**EXPERIENCE, WITNESSING, SPECTACLE: PERFORMANCE AND COMMEMORATION
IN THE NEW MUSEUM**

24 A 27 AGO

Maynooth, Ireland

Informações: <http://www.easaonline.org/conferences/easa2010/index.htm>

MAIS À FRENTE...

[Seminário] **II SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO EM MUSEOLOGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA**

27 A 30 SET

Buenos Aires, Argentina

Contactos: ii.seminario.museologia@gmail.com

Informações: www.icofom.com.ar

E AINDA...

Informação sobre todos os encontros dos Comitês Internacionais do ICOM em
<http://icom.museum/calendar.html>

INFORMAÇÃO ICOM.PT é uma publicação trimestral da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.

Editora Maria Vlachou (mariavlachou.pt@gmail.com)

Design Sistemas do Futuro

Colaboraram nesta edição: Ana Isabel Apolinário, Inês Bettencourt da Câmara, Isabel Tissot, Lorena Sancho Querol, Maria Vlachou.

A todos os colaboradores o nosso agradecimento.